

Passarão as dunas. Passarão as ondas. Passarão as siglas. STF E CNBB na batalha das células-tronco embrionárias

O Supremo Tribunal Federal, por seis votos a cinco, decidiu entre o bem e o mal, entre o justo e o injusto, considerando legítimo usar células-tronco retiradas de embriões, mesmo que assim se cause a morte desses embriões.

O STF decidiu tudo isso, adotando a opinião de Mayana Zatz, turbinada pela mídia que obedece à “*Propaganda*”.

Contra Deus. Contra a Verdade. Contra a lógica. Contra o que diz a Ciência.

Os eminentíssimos juizes do STF, cultuadores do direito positivo de Kelsen, outorgaram-se o poder de decidir entre o Bem e o mal, entre a Verdade e a mentira. No lugar de Deus.

Por seis votos a cinco - por um voto, portanto - ficou decidido que embrião não é ser humano, e que se pode usar de sua vida, como a de um animal. O STF decretou a cobiçação dos embriões humanos.

E isso é assustador.

Porque, se um tribunal humano pode decidir quem - sem cometer crime - pode ser morto, mesmo por maioria de um só voto, instaurou-se um poder absoluto do número. Instituiu-se o triunfo do relativismo.

Na História, já houve, no século XX, quem, com base no princípio da maioria nacional e nacionalista, instituisse o direito da engenharia genética pesquisar como produzir uma raça superior. Disso nasceu o genocídio. Desse princípio relativista, que faz depender a Justiça e o Direito exclusivamente na lei positiva humana, e a verdade na maioria, nasceu Auschwitz.

Na sociedade democrática e capitalista é o número que decide sobre o que é verdade, o que é bem e o que é cientificamente correto. Nela se despreza a lei natural e a objetividade da verdade. E depois, a mídia, executiva da “*Propaganda*”, defensora do uso “científico” de embriões, se permite criticar a Inquisição e a defender a Ciência Moderna e seu “profeta”, Galileu Galilei.

O STF com essa decisão arbitrária, fez triunfar a religião do Mundo Moderno o Laicismo, com seu dogma fundamental: o relativismo.

Para o relativismo, não há valores absolutos. Também o bem, também a verdade seriam relativas. Variáveis. Dependeriam da moda, ou dos ventos da “*Propaganda*” que movem para onde querem as ondas da chamada “opinião pública”, cuidadosamente fabricada pela “*Propaganda*” e que se pensa autônoma, autêntica e natural.

E a Justiça é também relativa?

E o Direito, é valor relativo também?

Dependem a Justiça e o Direito de um voto só?

A decisão do STF sentenciou que o Direito e a Justiça também são relativos.

Já se desconfiava que, no Brasil do mensalão e dos crimes hediondos, no Brasil da impunidade, se desconfiava, há muito, da relatividade da justiça.

O STF fez o Relativismo se tornar um absoluto, no Brasil.

Por um voto.

O STF fez o Brasil entrar na onda da Modernidade.

Se tantos países aprovaram o uso de células-tronco embrionários, por que ficaria o Brasil fora dessa onda?

Ficaremos sempre os últimos em seguir as novas Modas?

Atualizemo-nos. Sigamos a maioria. Sejam Modernos. Sejam Maria-vai-com-as-outras. Matemos os embriões. Eles não tem direito a voto, em nossa república relativista. Nela Deus, natureza, verdade, bem, justiça, direito, tudo é relativo. Tudo depende do número. Tanto quanto, no mercado, tudo depende da lei da oferta e da procura, dirigidas pela "Propaganda".

Um editorial de O Estado de São Paulo, jornal laico, republicano, positivista e democrático, comemorou a decisão embrionária do STF, dizendo:

"A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar constitucionais as pesquisas com células-tronco embrionárias para fins terapêuticos, nos restritivos limites da Lei de Biosegurança de 2.005, consagra o caráter laico do Estado Nacional. Embora os principais opositores da liberação dessas pesquisas tivessem tido o cuidado de remeter invariavelmente as suas objeções à esfera jurídica, invocando a inviolabilidade da vida e da dignidade humana, assegurada pela Constituição, desde a primeira hora - quando a matéria era ainda debatida no Congresso - as motivações religiosas ficaram patentes" (O Estado de São Paulo, **O Sentido da Decisão do Supremo**, editorial, em 31 de Maio de 2008, p. 3).

Que texto interessante!

O Estadão confessa que na questão das células-tronco embrionárias, de fato, estavam em luta, duas doutrinas: a do Catolicismo e a do Laicismo. A afirmação de que toda lei vem de Deus, através da lei natural, ou a doutrina relativista do subjetivismo laico.

Afirma o Estado de São Paulo que o STF deu a vitória ao laicismo relativista, ao chamado direito positivo contra o Direito Natural. O STF deu vitória ao Homem contra Deus. O STF decidiu que é lícito sacrificar embriões humanos nos altares da Ciência Moderna. Por um voto.

A Vontade Humana é a suprema Lei.

Deus morreu.

O STF, com sua decisão tomou o partido do Humanismo Moderno, propulsionado pela ONU, contra o que tem ensinado o Papa Bento XVI em sua cruzada contra o Relativismo.

Curiosas também soam as afirmações do Estadão de que *“os principais opositores da liberação dessas pesquisas tivessem tido o cuidado de remeter invariavelmente as suas objeções à esfera jurídica, invocando a inviolabilidade da vida e da dignidade humana, assegurada pela Constituição”*.

A quem se referiu o Estadão nessa alusão aos opositores à nova lei de engenharia genética?

O conhecido jurista Yves Gandra Martins, membro do Opus Dei, sempre procura defender a religião escudando-se atrás da lei positiva, ocultando a bandeira católica e a Lei de Deus. O Opus considera pouco eficaz posicionar-se em defesa da Fé desfraldando clara e destemidamente a bandeira católica. Já a filo modernista Ação Católica atuava desse modo. E colecionou derrotas. Até se dissolver nos movimentos marxistas, como a Polop, ou no PT, por exemplo.

A CNBB...

Quem não conhecesse o significado de sua sigla, se lesse apenas os seus comunicados, facilmente pensaria tratar-se de um mero partido político de esquerda, senão marxista, pois seus comunicados absolutamente naturalistas, raramente aludem ao que é missão própria de Bispos.

A CNBB trata de Ecologia, salário, reforma agrária, greves, transporte, voto, eleições. Prega

publicamente a Igualdade, defende a Liberdade, e faz Campanhas da Fraternidade. Como fazem certas sociedades. Secretamente. Céu, inferno, pecado, virtudes sobrenaturais, tudo isso é normalmente alheio à CNBB.

Ainda agora, depois da decisão do STF reconhecendo a constitucionalidade de se usarem embriões humanos, a CNBB, no dia 29 de Maio de 2008, lançou uma **Nota** na qual "**lamenta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)**". Nesse manifesto a palavra Deus não aparece.

Os Bispos da CNBB não falam em Deus. Não defendem a sua Lei divina. Não falam do mandamento: "Não matarás".

Pelo contrário, os Bispos frisam que a defesa da vida dos embriões não é uma questão de religião.

Diz a Nota da CNBB: "**não se trata de uma questão religiosa, mas de promoção e defesa da vida humana**".

E a razão fundamental que move os Bispos não é o mandamento que proíbe matar, mas somente a defesa da vida e da dignidade da pessoas humana. Eles são lídimos seguidores do antropocêntrico Concílio Vaticano II:

"todo comportamento que possa constituir uma ameaça ou uma ofensa aos direitos fundamentais da pessoa humana, primeiro de todos o direito à vida, é considerado gravemente imoral". (Graças a Deus apareceu uma palavra correta: a CNBB aludiu à moral!)

E a entidade episcopal termina sua lamentável **Nota** afirmando que prosseguirá a sua ação em defesa da vida:

"A CNBB continuará seu trabalho em favor da vida, desde a concepção até o seu declínio natural".

Claro que uma defesa naturalista da vida não poderia vencer o ataque anti-religioso do Laicismo. A CNBB segue a moda, segue a onda, corteja a opinião pública, teme enfrentar a "Propaganda".

Várias vezes, neste artigo, fizemos alusão à “Propaganda”... Usamos esse termo em *itálico* e o colocamos entre aspas, porque o extraímos de um outro artigo da mesma edição de O Estado de São Paulo.

O artigo foi assinado pelo Professor Miguel Reale Júnior e tem o atrativo título de **“O Governo Invisível”** e nele se lêem as seguintes palavras interessantíssimas:

“De 1928 para cá, a força da propaganda, graças aos novos meios de comunicação, cresceu vertiginosamente. Comprovou-se, conforme dizia Bernays--Edward Bernays, [sobrinho de Freud] --, que grande parte da sociedade é governada por pessoas que desconhece, mas que modelam os espíritos, forjam os gostos, excitam idéias, alavancam ídolos. Na verdade, uma minoria dirige a maioria na direção de seus interesses, a ponto de Bernays afirmar que a propaganda constitui o poder executivo de um governo invisível” (Miguel Reale Júnior, “O Govrno Invisível”, in O Estado de São Paulo, ed. 31 de Maio de 2008, p. 2).

Como vivemos nessa situação, e como o regime em que vivemos se chama Democracia, concluímos que Democracia é o governo da maioria dirigida ocultamente por uma minoria através da... “Propaganda”.

A “Propaganda” é que move as ondas da opinião pública, e com tal arte que as ondas pensam que se movem a si mesmas e que pensam o que repetem como idéia própria, sem perceber que um ventríloquo fala nelas e por elas.

As ondas do mar e as dunas do deserto estão em contínuo movimento. Em vão, elas se esbatem contra a pedra inamovível sobre a qual Cristo fundou a sua Igreja.

Passarão as dunas e as ondas.

Passarão os céus e a terra.

Passarão todas as siglas.

A Igreja não perecerá.

A Verdade é para sempre. Tudo o que é contingente e relativo passa.

Deus não muda.

Lex Domini manet in aeternum.

São Paulo, 5 de Junho de 2008

Orlando Fedeli